



“A pílula em julgamento”: o debate sobre o contraceptivo oral na imprensa recifense

AÍLLA KÁSSIA DE LEMOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO 

ALCILEIDE CABRAL DO NASCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Clio (Recife, Online), v. 42, ano 2024

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2024.256939>

e-ISSN: 2525-5649





“A PÍLULA EM JULGAMENTO”: O DEBATE SOBRE O CONTRACEPTIVO ORAL NA IMPRENSA RECIFENSE

RESUMO: Este artigo investiga o debate sobre a contracepção feminina na cidade do Recife, sobretudo da pílula anticoncepcional, por meio dos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã durante a década de 1970. A pesquisa tem como referência teórica os trabalhos de Michel Foucault e Paul B. Preciado. A partir da documentação, são analisados os principais temas relacionados à discussão desse contraceptivo moderno, a construção do imaginário acerca da pílula e de seus efeitos colaterais e comportamentais, como também a tentativa de silenciamento promovida pela imprensa sobre a liberdade sexual feminina; sendo fortalecida a associação entre contracepção e controle populacional, autorizada por discursos masculinos.

PALAVRAS-CHAVE: contracepção; mulheres; pílula; recife.

"THE PILL ON JUDGMENT”: THE DEBATE ON ORAL CONTRACEPTIVES IN THE RECIFE PRESS

ABSTRACT: This article investigates the debate about female contraception in the city of Recife, especially the contraceptive pill, through the newspapers Diário de Pernambuco and Diário da Manhã, during the 1970s. The research has as theoretical reference the works of Michel Foucault and Paul B. Preciado. From the documents, the main themes related to the discussion of this modern contraceptive are analyzed, the construction of the imaginary about the pill and its side and behavioral effects, as well as the attempt to silence produced by the press about female sexual freedom, strengthening the association between contraception and population control, authorized by male discourses.

KEYWORDS: contraception; women; pill; recife.

“A pílula em julgamento”: o debate sobre o contraceptivo oral na imprensa recifense

AÍLLA KÁSSIA DE LEMOS SANTOS
ALCILEIDE CABRAL DO NASCIMENTO

Introdução

Os anos de 1970 ficaram marcados, entre outras questões, pela discussão acerca do acesso à contracepção. Esse assunto ganhou espaço, ainda na década anterior, com a comercialização da pílula anticoncepcional e um amplo debate internacional sobre ela, o que contribuiu para o desenvolvimento da chamada Revolução Sexual. Diferentemente de outros países, essa discussão no Brasil ocorreu de forma silenciosa, em razão da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Por ter sido um período de repressão, os movimentos sociais tiveram dificuldades em se articular; entre eles os movimentos feministas, que foram responsáveis pela discussão de direitos sexuais e reprodutivos pelo mundo. Dessa forma, a luta por esses direitos marcou fortemente as décadas posteriores, principalmente com o fim do regime ditatorial e o crescimento dos movimentos de mulheres.

A chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil não foi vivenciada apenas de forma particular pelas mulheres que tiveram acesso a esse método; mas como uma questão coletiva, já que envolveu fatores econômicos, sociais e culturais. O uso desse contraceptivo se popularizou em um momento de questionamentos quanto ao crescimento populacional global¹, colocando a reprodução novamente no centro de debates políticos e econômicos; sendo a pílula uma tecnologia que possibilitaria um controle direto da reprodução e, conseqüentemente, dos corpos femininos.

Em *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, o filósofo espanhol Paul B. Preciado questiona de que maneira “(...) classe e raça

¹ Leticia Gonçalves, “Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica”, *Indisciplinar*, v. 4, n. 2 (2018), pp. 184-199. (p. 187).

modificam a distribuição e acesso às tecnologias de produção de gênero”². Essa reflexão é fundamental para compreender a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil e os primeiros debates acerca do planejamento familiar, sobretudo, a atuação da Sociedade de Bem-estar Familiar no Brasil (BEMFAM)³. A partir desse questionamento, percebe-se que a categoria “mulheres” não é suficiente para compreender as problemáticas que envolvem a utilização desse contraceptivo. Ou seja, o uso de categorias como “raça” e “classe” é fundamental para um melhor entendimento de como eram vivenciadas a sexualidade e a reprodução das brasileiras.

Para compreender como o poder incide sobre as mulheres e seus corpos, é importante atentar para a intersecção da relação entre gênero, raça e classe que diferencia a trajetória das mulheres com os contraceptivos. A escolha por um método, a sua utilização, o acesso à pílula e à informação, entre outros pontos, são determinados por esses marcadores. A interseccionalidade ajuda a pensar as diferentes maneiras em que a reprodução e as políticas de controle de natalidade afetam as brasileiras e as circunstâncias de suas vidas. De acordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, as diferenças de gênero, raça e classe estão “interconectadas no domínio estrutural do poder”⁴ e, por isso, não podemos ter o mesmo olhar para diferentes mulheres. Para essas autoras,

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder⁵.

Apesar da complexidade de se avaliar todos esses aspectos, é fundamental trabalhar esses marcadores de forma conectada para entender as diversas opressões e diferenças que permeiam a vida de cada pessoa. Essa

² Paul B. Preciado, *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, São Paulo: n-1 edições, 2018, pp. 136-137.

³ A Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) foi criada em 26 de novembro de 1965, tendo como sede o estado do Rio de Janeiro em plena ditadura civil-militar. Délcio Fonseca Sobrinho, *Estado e População: uma história do planejamento familiar no Brasil*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos FNUAP, 1993, p. 105. A história dessa entidade é marcada pela sua atuação em defesa do planejamento familiar no Brasil e por críticas de diversos setores da sociedade brasileira ao seu autoritarismo.

⁴ Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, *Interseccionalidade*, São Paulo: Boitempo, 2020, p. 26.

⁵ Collins e Bilge, *Interseccionalidade*, p. 48.

análise interseccional mostrará que alguns grupos são impactados de forma distinta pelo mesmo processo, nesse caso específico, como as mulheres são afetadas de maneiras diferentes pela chegada da pílula anticoncepcional no Brasil. Um país que é marcado por desigualdades e, como afirma Lélia Gonzales, pelo racismo, colonialismo e imperialismo⁶, e acrescentam Patricia Collins e Sirma Bilge que “(...) impactaram tanto as normas culturais dos Estados nacionais quanto a infraestrutura disponível para a prestação de serviços de saúde”⁷. Portanto, torna-se necessário pensar esse tema a partir dessas conexões, buscando uma melhor compreensão das trajetórias femininas.

Dessa maneira, o artigo apresenta como o debate acerca desse contraceptivo se deu na imprensa local recifense. Por meio dos periódicos selecionados, é possível identificar os principais temas relacionados à pílula anticoncepcional, as informações que circulavam entre as pernambucanas e os principais grupos que discutiam o assunto. É nessa perspectiva que buscamos discutir a popularização da pílula no Brasil, a partir do *Diário de Pernambuco* e do *Diário da Manhã*, que fazem parte da chamada grande mídia, na década de 1970.

O *Diário de Pernambuco*, considerado um dos maiores jornais do estado e o mais antigo em circulação na América Latina, foi fundado em 7 de novembro de 1825, sendo um veículo de notícias conhecido e respeitado. No que se refere à sua atuação na segunda metade do século passado, é possível afirmar, que entre 1964 e 1968 o jornal demonstrou apoio à ditadura civil-militar brasileira. Apesar disso, a partir do Ato Institucional nº5, de 1968, o periódico passou, assim como a imprensa de forma geral, a sofrer com a censura do governo⁸. Outro periódico selecionado para análise é o *Diário da Manhã*⁹, criado em 1927, que era propriedade da empresa Lima Cavalcanti e Cia pertencente a uma família de usineiros, sendo Carlos de Lima Cavalcanti, importante político pernambucano, seu primeiro diretor-geral. Ambos os jornais possuem uma postura conservadora, especialmente no que se refere aos assuntos relativos à sexualidade feminina, como será apresentado ao longo do artigo.

Diversas são as notas e pequenas reportagens acerca da contracepção de modo geral e da situação da pílula nos Diários. Debates sobre seus efeitos

⁶ Lélia Gonzales, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 117.

⁷ Collins e Bilge, *Interseccionalidade*, p. 150.

⁸ Informações sobre o *Diário de Pernambuco* estão disponíveis em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 21 nov. 2022.

⁹ Informações sobre o *Diário da Manhã* estão disponíveis em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-manha>. Acesso em: 21 nov. 2022.

colaterais, o seu papel no planejamento familiar, opiniões de membros da Igreja Católica e da comunidade médica, também compõem essa discussão, entre outras reportagens específicas sobre a temática, que serão abordadas ao longo do texto. Sobre o uso do periódico em pesquisas, é importante destacar o pensamento de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, ao apontarem a necessidade de transformá-lo, primeiramente, em fonte histórica para depois investigar seu conteúdo a partir de um trabalho teórico e metodológico. Isso com o intuito de fazer uma análise crítica, e não apenas mostrar como determinada situação foi noticiada no passado. Essas autoras afirmam que

(...) o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui¹⁰.

Somam-se a esse olhar, as orientações de Tania Regina de Luca, para quem “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”¹¹. Em vista disso, por meio dos periódicos escolhidos é possível compreender as principais abordagens, os aspectos que interferem na vida das mulheres locais e os grupos que recebiam espaço para tratar da questão da contracepção na imprensa.

É importante salientar, no entanto, os limites das discussões promovidas pelos jornais da época em virtude das desigualdades vivenciadas pela população local. Compreender que não eram todas as mulheres que tinham acesso às informações e discussões promovidas pela imprensa se torna fundamental. O Recife tinha grande parte da população afetada por uma situação econômica desfavorável, a falta de estrutura e a pobreza, de forma geral, sinalizam que muitos/as recifenses lutavam cotidianamente pelo “pão de cada dia” e não tinham acesso aos jornais. Entre os problemas já citados, o analfabetismo também se faz presente. Conforme Bianca Nogueira da Silva, o Nordeste apresenta, na década de 1960, um alto índice de analfabetismo, quando “pessoas com mais de 18 anos que não sabiam ler nem escrever contabilizavam 50% da população da capital e no interior a marca chegava até os 70%”¹².

¹⁰ Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, *Projeto História*, n. 35 (2007), pp. 253-270. (p. 258).

¹¹ Tânia Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, Vol. 1, pp. 111-153. (p. 232).

¹² Bianca Nogueira da Silva, “O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960”,

Dessa forma, é imprescindível perceber como a miséria, a fome, os problemas de moradia e a falta de trabalho afetam diretamente as discussões acerca do controle de natalidade e do uso de contraceptivos por essas mulheres. Apesar desse abismo social, a discussão sobre a pílula anticoncepcional foi se popularizando ao longo das décadas. Entre as camadas mais pobres isso ocorreu, principalmente, por meio da atuação de entidades de planejamento familiar que alcançaram, muitas vezes, uma parte da população que não tinha acesso aos discursos médicos e midiáticos.

A sexualidade feminina e a contracepção no Brasil ao longo do século XX

Compreendendo que a nossa sexualidade também é uma construção social e histórica¹³, torna-se importante apontar como ela foi encarada pela sociedade brasileira ao longo do século XX, especialmente com a chamada Revolução Sexual, a partir da década de 1960. Com a construção de um modelo de feminilidade a ser seguido, a sexualidade da mulher também passa por um controle e um processo de silenciamento. Não só os aspectos atrelados ao ato sexual e ao prazer, mas questões voltadas ao corpo, sobretudo a reprodução, também eram tratadas como tabus. Com o processo de liberação sexual, alguns assuntos passam a ser discutidos em jornais e revistas femininas. Sobre esse tema, Foucault aponta que “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo”¹⁴. Sendo assim, a sexualidade carrega essa ideia de silêncio, quando, na verdade, encontra-se presente e é verbalizada e praticada de diversas formas.

Desse modo, ganha espaço na década de 1960 a chamada Revolução Sexual, que possibilitou uma subversão dos valores acerca da sexualidade e do prazer masculino e feminino. A respeito desse momento, a historiadora Gisele B. Gellacic aponta que

É claro que os corpos, e principalmente os órgãos sexuais receberam ao longo da história conotações sexuais e eróticas, porém, durante a década de 1960 devido a todas as transformações que a sociedade estava passando, o corpo seria gradativamente o agente dessa liberação, de uma sexualidade que se libertava dos antigos interditos.

Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010, p. 47. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4706>.

¹³ Michel Foucault, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 115.

¹⁴ Foucault, *História da sexualidade 1*, p. 39

Tais modificações seriam chamadas de liberação sexual, ou até de revolução sexual¹⁵.

A autora afirma que, no início da década de 1960, a *Revista Claudia*¹⁶ deixa uma marca no começo desse processo no país, ao tratar das questões relacionadas à sexualidade de forma diferente da até então discutida pela sociedade brasileira¹⁷. Para ela, houve no Ocidente uma ruptura com antigos padrões de comportamentos e a abertura de novas possibilidades. Essa subversão teve um menor impacto no Brasil, principalmente em razão do contexto social vivenciado pelo país e pela própria atuação dos movimentos feministas, que estavam direcionados para a luta pela democracia e contra o contexto autoritário da época. Apesar disso, por meio das mídias, novas informações chegavam para as brasileiras e passavam a fazer parte da nossa sociedade.

É nesse cenário de mudanças que a pílula anticoncepcional¹⁸ chega ao Brasil. Assim como os movimentos feministas, a chegada da pílula também se deu de forma particular, se comparada a outros países. Observa-se, por meio da historiografia sobre o assunto, que ela entra no país com o objetivo de controlar a densidade populacional brasileira, considerada de “terceiro mundo”, e não para a liberação sexual das mulheres. Em razão disso, não ocorreram grandes impedimentos para a disponibilização desse contraceptivo, assim como o DIU – Dispositivo Intrauterino, ambos utilizados em território nacional já no início da década de 1960. Segundo a historiadora Joana Maria Pedro, essa situação difere da vivenciada por outros países, como a França que só liberou o uso da

¹⁵ Gisele Bischoff Gellacic, *Despindo corpos: uma história da liberação sexual feminina no Brasil (1961-1985)*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 17.

¹⁶ A revista *Claudia* teve sua primeira edição publicada em 1961 pela Editora Abril. Tinha o caráter mensal e buscava abordar temáticas de interesse do público feminino. De acordo com Soraia Carolina de Mello, essa revista foi inovadora ao abordar questões do cotidiano das mulheres brasileiras, gerando uma identificação com as suas leitoras. O seu espaço também era utilizado para divulgação de produtos diversos, também voltados para o seu público-alvo, as mulheres da “emergente classe média” da década de 1960. Soraia Carolina de Mello, “Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989)”. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, pp. 25-26. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167643>.

¹⁷ Gellacic, *Despindo Corpos*, p. 62.

¹⁸ Conforme Francine E. de S. Cavalieri, em seu trabalho sobre a relação dos médicos ginecologistas com a prescrição da pílula anticoncepcional nos anos 1960, a regulamentação desse contraceptivo se deu em 1957, pelo órgão de controle norte americano a FDA (Food and Drug Administration). Primeiramente, ele foi autorizado para a “prevenção de doenças e alterações ginecológicas”. Francine Even de Sousa Cavalieri, “A prescrição da pílula anticoncepcional na década de 1960: a perspectiva de médicos ginecologistas”. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 23. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17042017-093731/pt-br.php>.

pílula em 1967, após a luta do movimento feminista francês¹⁹.

Diversos trabalhos apontam o papel revolucionário da pílula anticoncepcional na vida das mulheres, tendo esse contraceptivo contribuído para sua emancipação, ocupação no mercado de trabalho, separação entre o prazer sexual e a maternidade compulsória, entre outras questões. Entretanto, para além disso, a pílula trouxe impactos diretos na discussão sobre o controle de natalidade em países considerados ‘desenvolvidos’ e ‘periféricos’. Destacando-se o debate acerca do controle da reprodução e até mesmo o interesse do imperialismo norte-americano na América Latina. A entrada desse anticoncepcional em território brasileiro fica, dessa forma, marcada também por interesses externos.

A partir disso, a pesquisadora Débora Diniz afirma que a pílula foi utilizada, nos seus primeiros anos, “(...) mais como um instrumento de controle de natalidade (diminuir o tamanho da população) do que a promoção de direitos reprodutivos (permitir que as mulheres fizessem escolhas sobre quando ter filhos e quantos)”²⁰. A distribuição de contraceptivos realizada por entidades de planejamento familiar, como a BEMFAM, foi responsável pela forma como uma parcela das mulheres brasileiras teve acesso à pílula anticoncepcional e a outros procedimentos. O público-alvo para essa distribuição gratuita era o de mulheres mais pobres, já que as mais abastadas tinham acesso a médicos particulares, além de outros motivos para optar ou não pela maternagem.

A pílula anticoncepcional como uma tecnologia para além da liberdade sexual

Antes de discutir o tema da contracepção na mídia local, é importante pontuar alguns aspectos sobre a trajetória dos anticoncepcionais ao longo do século XX. Já em suas primeiras décadas, a busca por um contraceptivo voltado para o corpo feminino tornou-se prioridade, especialmente em razão das descobertas relativas aos hormônios sexuais. Com o desenvolvimento da endocrinologia, foi possível o surgimento de novas pesquisas para a criação de um método direcionado para a mulher²¹.

¹⁹ Joana Maria Pedro, “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”, *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45 (2003), pp. 239-260. (p. 241). <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>.

²⁰ Debora Diniz, “Aborto e contracepção: três gerações de mulheres”. in: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 313-332. (p. 316).

²¹ Marina Nucci, “Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade”, *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista*

São muitos os trabalhos que ressaltam a importância da pílula anticoncepcional como fundamental para a Revolução Sexual que se deu na segunda metade do século XX. No entanto, para Paul B. Preciado, a chegada e a popularização desse medicamento vão além dos debates acerca da liberdade feminina. Esse autor apresenta categorias fundamentais para uma compreensão mais profunda dessa tecnologia contraceptiva, entre eles, a que ele denomina de “era farmacopornográfica”. Essa categoria coloca a pílula como um acontecimento central para importantes mudanças no século XX, além de chamar atenção para como esses processos estão diretamente conectados às questões de gênero²². Para o autor, as descobertas dos hormônios no início do século passado tornaram possíveis as modificações nas identidades sexuais. Ele afirma que

A invenção da pílula anticoncepcional, primeira técnica bioquímica capaz de separar a prática heterossexual da reprodução, foi resultado direto do crescimento da experimentação endocrinológica e provocou o desenvolvimento do que poderia ser chamado, brincando com o termo de Eisenhower, de “complexo industrial sexo-gênero”²³.

É nessa perspectiva que Preciado aponta o surgimento de um novo capitalismo, marcado por transformações econômicas, midiáticas e corporais. Essas modificações são fundamentais para a formação do que o autor chama de “regime farmacopornográfico”. Para ele, esse “(...) termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a playboy são dois resultados paradigmáticos”²⁴.

Ao tratar do papel da pílula na separação entre a heterossexualidade e a procriação, o autor chama atenção para o uso desse contraceptivo oral no que diz respeito ao controle da reprodução de forma mais ampla²⁵ - aspecto que envolve a atuação do Estado, políticas públicas, controle dos corpos e as relações de gênero. A partir dessa questão, torna-se relevante trazer os comentários de Michel Foucault sobre os interesses que passaram, a partir do século XVIII, a permear a sexualidade dos indivíduos e o crescimento populacional.

Latinoamericana, n. 10 (2012), pp. 124-139. (p. 131).

²² Preciado, *Testo Junkie*, p. 30.

²³ Preciado, *Testo Junkie*, p. 30

²⁴ Preciado, *Testo Junkie*, p. 36.

²⁵ Preciado, *Testo Junkie*, p. 53.

Em seu livro *História da sexualidade 1 – a vontade de saber*, Foucault aponta a origem do conceito de população e como este se tornou um assunto político e econômico de extrema importância para o que ele chama de “a tecnologia do poder”. Ligado a isso encontra-se, como é esperado, o debate sobre natalidade, fecundidade, contracepção, entre outras questões²⁶. Dessa forma, ele discute a importância do sexo no que se refere ao futuro de uma sociedade, e as intervenções realizadas na vida sexual da população. Para Foucault, esse é

(...) um discurso em que a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo²⁷.

Com a criação e a distribuição da pílula, observa-se uma tentativa de controle dos corpos femininos e, apesar dos discursos conservadores que permaneceram durante a segunda metade do século XX, esse método contraceptivo e o incentivo ao seu uso foram utilizados pelo sistema capitalista como uma forma de controle do aumento da população pobre, tanto com objetivos eugenistas²⁸, como também por interesses imperialistas em países considerados subdesenvolvidos, como foi abordado anteriormente. Esse processo também atingiu diretamente as mulheres, sobretudo mulheres brancas, que achavam que a utilização da pílula estava relacionada apenas à liberdade sexual, sendo ignorada a realidade das mulheres mais pobres e racializadas.

É válido ressaltar que a escolha por um remédio em formato de pílula não foi por acaso. Segundo Marina Nucci, isso foi necessário para que ocorresse uma maior aceitação do método entre as mulheres, já que a pílula tinha uma aparência bem menos agressiva do que uma injeção, por exemplo. Seguindo essa lógica, até mesmo a pausa para a menstruação foi algo determinado para passar uma ideia de naturalidade durante todo o processo²⁹. Isso mostra que além do discurso criado em torno desse anticoncepcional, não se pode deixar de pontuar que a praticidade de seu uso contribuiu para a sua popularização, diferentemente dos outros métodos disponíveis na época. Portanto, entender as

²⁶ Foucault, *História da sexualidade 1*, p. 28.

²⁷ Foucault, *História da sexualidade 1*, p. 29.

²⁸ Preciado, *Testo Junkie*, p. 203.

²⁹ Nucci, “Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”?, p. 132.

dinâmicas que envolvem o uso da pílula anticoncepcional é de suma importância para fazer uma melhor análise das informações e dos debates veiculados pela imprensa recifense.

A contracepção e a pílula durante os anos de 1970 na cidade do Recife

Ao analisar a temática da contracepção feminina no *Diário da Manhã*³⁰ e no *Diário de Pernambuco*³¹, é possível compreender as principais discussões levantadas, assim como o público-alvo de determinada matéria, os argumentos defendidos pelos autores e autoras, os grupos que monopolizaram a questão durante a década estudada, entre outros aspectos. Nesse sentido, estudar a propagação da pílula anticoncepcional por meio dos jornais é uma maneira de entender como esse processo se deu na cidade do Recife.

Por meio do *Diário de Pernambuco* é possível afirmar que houve um maior debate sobre a pílula anticoncepcional nos anos de 1970, se comparado com a década anterior³². Sendo que os principais comentários acerca deste método contraceptivo estavam relacionados às posições da Igreja Católica e da comunidade médica sobre o assunto, o que não difere de outras regiões do Brasil. Como traz o artigo “Estará nas pílulas a solução? – debate na mídia entre 1960-1970”, de Tânia Maria Dias et. al., é discutida também a atuação da BEMFAM no estado, a opinião das ‘autoridades’ locais sobre o tema, o debate internacional, o surgimento de possíveis novos métodos e, ainda, comentários sobre uma possível pílula masculina e o interesse em sua criação. O periódico estabelece essa discussão, na maioria das matérias, a partir da visão tradicional de religiosos e de médicos homens. As matérias com informações técnicas que permeiam o uso do contraceptivo oral ou de outros métodos se encontram em

³⁰ A pesquisa nesse periódico se deu de forma on-line. Foram pesquisadas p as palavras-chave: pílula (46), pílula anticoncepcional (7), anticoncepcional (19), anticoncepcionais (40). Foram encontradas 112 menções no total. 54 matérias foram catalogadas e analisadas. O trabalho foi realizado através das edições digitalizadas na plataforma da Companhia Editorial de Pernambuco (CEPE), que contém todas as edições do jornal no período estudado. Link de acesso para o Acervo CEPE: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

³¹ A pesquisa no *Diário de Pernambuco* foi realizada de forma on-line por meio do site da Hemeroteca Digital, que contém a versão digitalizada de todas as edições até o ano de 1989. Desenvolver esse trabalho só foi possível devido ao mecanismo de pesquisa por palavras-chave, disponibilizado pelo site da hemeroteca. Foram pesquisadas as palavras-chave: anticoncepcional (293) e anticoncepcionais (530). Foram encontradas 823 menções no total. 313 matérias foram catalogadas e analisadas. Algumas dessas matérias são apresentadas nesse artigo. Link de acesso Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

³² Na década de 1960 foram feitas 294 menções (anticoncepcional/anticoncepcionais) dentro do *Diário de Pernambuco*, já nos anos de 1970 essas palavras-chave foram citadas 823 vezes.

menor número. Por isso destacam-se duas reportagens do jornalista Samir Abou Hana que, em “A pílula e a gravidez” e “A pílula e a gravidez II”, traz informações sobre a compra dos anticoncepcionais, seus efeitos colaterais, composição dos remédios, a possível relação com o câncer, entre outros pontos. Abou Hana aponta que a pílula, na sua chegada em Pernambuco, sofreu uma resistência da população mais pobre. Segundo ele, no interior do estado, esse contraceptivo era considerado como uma “obra do satanás”³³, o que revela a falta de informação da população sobre esse método e o caráter religioso do seu julgamento para com essa novidade. Conforme Joana Maria Pedro, o processo de chegada da pílula ao Brasil se deu sem muitos esclarecimentos e as mulheres “(...) só puderam contar com informações desencontradas e ambíguas. Proibidas de qualquer manifestação, debate ou reunião, encontravam na Igreja Católica abrigo e direcionamento iminente contrário a qualquer forma de contracepção ‘artificial’”³⁴.

Na segunda matéria sobre o tema, o jornalista comenta sobre a Igreja e sobre a diferença no uso da pílula por mulheres de diferentes classes sociais. Sendo a sua utilização pela classe alta, maior que a classe média e baixa, respectivamente³⁵. É possível afirmar que essas duas matérias receberam atenção entre as leitoras do *Diário de Pernambuco*, pois o articulista em questão era uma figura pública conhecida pelos recifenses e, segundo a antropóloga Fátima Quintas, Abou Hana era querido entre as mulheres que acompanhavam o seu trabalho e que compartilhavam uma admiração pela figura pessoal do jornalista e locutor³⁶.

As informações levantadas por Hana são confirmadas, posteriormente, por uma pesquisa encomendada ao IBOPE pelo próprio periódico, em abril de 1970. O resultado apresentado na edição de 3 de maio, traz a informação de que 60% dos recifenses entrevistados eram a favor do uso desse contraceptivo, o que mostra que o assunto fazia parte do cotidiano da sociedade recifense. São discutidos ainda a importância da religião nesse processo e o fato de que os defensores da pílula, em sua maioria, faziam parte das classes média e alta, sendo a menor parte, da classe trabalhadora³⁷ – o que é expressivo, já que a pílula, como foi apontado, teria sido destinada, a princípio, para a população

³³ Samir Abou Hana, “A pílula e a gravidez”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 fev. 1970, p. 2.

³⁴ Joana Maria Pedro, “Entre a ameaça da “bomba populacional” e a emancipação das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970)”, *Projeto História*, v. 25 (2002), pp. 243-256. (p. 246).

³⁵ Samir Abou Hana, “A pílula e a Gravidez II”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 fev. 1970, p. 3.

³⁶ Fátima Quintas, *Sexo e Marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*, Petrópolis: Vozes, 1986, p. 106.

³⁷ “Ibope apura: recifenses apoiam uso da pílula”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 maio 1970, p. 11.

mais pobre³⁸.

Pode-se afirmar que o jornal procurou relacionar o debate da contracepção diretamente com o tema do planejamento familiar, sendo esse um aspecto bastante comentado. É notório o interesse do periódico em tratar dessas questões como uma forma de pautar o uso de contraceptivos e a construção de uma família através do matrimônio. Essa discussão também acontece porque as décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas pelo receio de uma explosão populacional, tema que ganhou espaço e que levou à interferência de entidades internacionais nos territórios de países da América Latina.

A matéria “Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde”, apresenta dados sobre o planejamento familiar no Estado e a sua relação com a atuação da BEMFAM. O texto trata das dificuldades enfrentadas pelas entidades e informações sobre os seus programas em Pernambuco. Além disso, é discutido o convênio realizado pelo governo do Estado com a BEMFAM, decisão não apoiada pela Igreja, e como esse grupo distribuía anticoncepcional também para mulheres solteiras e menores com a autorização dos pais³⁹.

Reportagens publicadas pelos periódicos analisados trazem informações sobre a atuação e a expansão da entidade no estado. Em 1979, o *Diário de Pernambuco* publica uma edição com texto escrito por Graça Gouveia intitulado “Bemfam orienta a maternidade responsável”. Ao tratar de alguns números que envolvem a entidade, Gouveia aponta que “Mais de 200 mil mulheres pernambucanas estão fazendo controle de natalidade através do ‘Programa de Integração Comunitária em Planejamento Familiar’, da Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar do Brasil, Bemfam”⁴⁰. Para essa autora, ressaltar esse número é lembrar que a maioria dessas mulheres estavam fazendo uso da pílula anticoncepcional como método contraceptivo e que a BEMFAM centralizava suas atividades em bairros mais pobres, o que justifica, na opinião de Graça Gouveia, a desconfiança que existia sobre o trabalho da instituição⁴¹. Isso mostra também como os marcadores raça, classe e gênero se conectam ao tratar do uso da pílula anticoncepcional pelas recifenses mais pobres.

Assim, é interessante observar como a contracepção feminina se encontra, nessas discussões, basicamente relacionada à construção da família, ao debate religioso e ao corpo assexuado da mulher, quando se refere aos efeitos

³⁸ Pedro, “Entre a ameaça da “bomba populacional” e a emancipação das mulheres”, p. 248.

³⁹ “Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 jun. 1976, p. 6.

⁴⁰ Graça Gouveia, “Bemfam orienta a maternidade responsável”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 set. 1979, p. A-13.

⁴¹ Gouveia, “Bemfam orienta a maternidade responsável”, p. A-13.

colaterais da pílula. São raros os textos que trazem a temática para a discussão da importância da pílula, ou de outros métodos, no processo de emancipação da mulher e o seu desligamento da reprodução como algo obrigatório. Quando se trata da sexualidade, por exemplo, o periódico acaba associando a liberdade sexual, resultado do uso de contraceptivos, ao aumento no número de doenças sexualmente transmitidas. Vários textos buscam relacionar essas duas questões, colocando a liberdade sexual da mulher como algo perigoso e diretamente ligado ao surto de doenças e perigos para a sociedade. Alguns desses comentários são feitos por figuras de autoridade local, como políticos e religiosos.

Essa questão se encontra presente nas matérias “Sífilis vem aumentando de forma assustadora no Brasil”, que apresenta essa posição e busca validar um discurso de libertinagem por parte da mulher que usa a pílula⁴²; e “Médico diz: liberdade sexual aumenta doenças venéreas”, que aponta diretamente essa ligação afirmando que

A liberdade sexual da mulher na sociedade – com o uso da pílula anticoncepcional – ao lado da promiscuidade e precárias condições socioeconômicas da maior parte da população, concorre para aumentar o índice de doenças venéreas no Brasil principalmente Pernambuco (onde se registra a maior incidência do país), Paraíba e Alagoas⁴³.

Além disso, comentários que alegam, por exemplo, que as mulheres passaram a não temer a gravidez e, por isso, estavam fazendo sexo deliberadamente e levando uma vida libidinosa estão presentes. É importante salientar que essas duas matérias citadas estavam na primeira parte do jornal, um espaço para discussões amplas e voltadas para toda a sociedade. A partir disso, é possível afirmar que as questões apresentadas até este momento são recorrentes nas publicações e se caracterizam como as principais pautas relacionadas à utilização da pílula anticoncepcional. Destaca-se, também, que a maioria dos textos assinados são escritos por homens ou trazem um entrevistado do sexo masculino, normalmente um médico, um religioso ou um político.

Ao tratar do assunto em suas páginas, o *Diário de Pernambuco* expõe os seus interesses e as informações que gostaria que chegassem à população local.

⁴² “Sífilis vem aumentando de forma assustadora no Brasil”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 dez. 1971, p. 2.

⁴³ “Médico diz: liberdade sexual aumenta doenças venéreas”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 out. 1974, p. 3.

Apesar disso, o jornal confirma a importância do tema para a sociedade da época por abordar constantemente a questão e as preocupações que rondavam o debate no momento. Diante do exposto, pode-se afirmar, portanto, que o tema da contracepção e os tópicos relativos especificamente a pílula estavam presentes e eram de interesse dos recifenses que liam esse jornal, pois era uma questão tratada com frequência. Por isso, a relevância de se apresentar esse assunto.

Com relação ao *Diário da Manhã*, as discussões sobre a pílula versavam sobre questões ligadas à posição da Igreja Católica, que será melhor abordada mais à frente; à relação desse método com as mudanças sociais em andamento na época⁴⁴, aos efeitos colaterais da pílula⁴⁵, entre outros temas. Todas as menções relacionadas à pílula anticoncepcional nessa década foram levantadas, contudo, para melhor analisar as temáticas, foram selecionadas algumas matérias mais pertinentes.

Entre os temas que surgem, o da pílula masculina também aparece no *Diário da Manhã*. Em uma matéria de 1970, o jornal traz comentários do professor Mário Vitor de Assis Pacheco, divulgando que, por meio da manipulação de hormônios, já seria possível criar esse contraceptivo. Segundo o professor, essa pílula seria mais barata que a feminina e possibilitaria criar uma divisão entre o casal, alternando o uso do método. Esse comentário chama atenção, pois ele afirma que, ao apresentar essa discussão,

A tese não foi contestada. Mas muita gente riu, na assistência, quando falei que a mulher poderia usar a pílula no 1º e 3º trimestre e o homem no 2º e no 4º. Eram médicos, os que riam. Mas as jovens médicas não riram⁴⁶.

É interessante observar, a partir desse trecho, como cada gênero reage a essa proposta, ficando exposta a falta de interesse dos homens em compartilhar dessa responsabilidade com as suas companheiras. Esse fato mostra como as relações de gênero influenciam esse processo e a criação de contraceptivos. De acordo com Paul B. Preciado,

Durante o século XX, nenhum método novo de contracepção foi desenvolvido para homens cis. O preservativo de borrachas e a esterilização são até hoje as únicas formas de baixa tecnologia para controlar

⁴⁴ Mário Aguiar Moura, "Transformação da estrutura da família", *Diário da Manhã*, 15 e 16 jul. 1979, p. 4.

⁴⁵ "Câncer ginecológico", *Diário da Manhã*, 14 fev. 1975, p. 7.

⁴⁶ "Médico quer homem consumindo pílula", *Diário da Manhã*, Recife, 1 jun. 1970, p. 1.

diretamente a circulação social das células reprodutivas masculinas⁴⁷.

Desde a década de 1960, conforme Josilene da Silva, foram desenvolvidos estudos para a criação da pílula masculina, contudo, apesar de testes e de uma discussão constante sobre o tema, esses contraceptivos não foram comercializados⁴⁸. Essa autora aponta a influência de um modelo de masculinidade que interfere diretamente em como os homens enxergam a contracepção e como levam em consideração acima de tudo a sua virilidade⁴⁹.

A discussão acerca dos efeitos colaterais para os homens, ao utilizar a pílula, recebe bastante destaque nessa época. Existia uma preocupação com o aumento de peso, diminuição da libido, entre outras consequências que aparentemente impediam o avanço da comercialização desse contraceptivo masculino e de sua aceitação. Processo que foi bem diferente para as mulheres, que não encontravam muitas informações sobre a pílula e tiveram que lidar com todos os efeitos colaterais, não gerando esses fatores impedimentos para a comercialização em massa da pílula feminina. Segundo essa autora,

Em nenhum momento se perguntou a opinião das mulheres sobre a contracepção centrada em seus corpos, não respeitando seu direito de escolha. Os corpos das mulheres se tornaram um campo de prova para os contraceptivos hormonais⁵⁰.

Apesar disso, conforme a edição de 15 de agosto de 1979 do *Diário de Pernambuco*, observa-se que existia um interesse da população pelo contraceptivo masculino. De acordo com a matéria, esse método era procurado nas farmácias recifenses. Segundo o texto, os vendedores compartilhavam que essa pílula estava em desenvolvimento e que chegaria ao mercado local em breve. Outras matérias também apontam essa expectativa que acabou não se concretizando⁵¹.

Assim, é possível afirmar que os jornais analisados tinham a intenção de promover determinados posicionamentos junto à população local. Em alguns momentos fica evidente que uma visão progressista, sobretudo do *Diário de Pernambuco*, era apresentada para a sociedade recifense. Entretanto, a postura é

⁴⁷ Preciado, *Testo Junkie*, p. 232.

⁴⁸ Josilene da Silva, “Contracepção e Masculinidade”, *Revista Esboços*, Florianópolis, n. 11 (2004), pp. 157-166. (p. 158).

⁴⁹ Silva, “Contracepção e Masculinidade”, p. 159.

⁵⁰ Silva, “Contracepção e Masculinidade”, p. 161.

⁵¹ “Pílula do homem muito procurada”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 ago. 1979, p. A-6.

constantemente ambígua, pois textos destacando a relação entre a pílula e o “fim dos bons costumes” entre as mulheres, e o mal causado à saúde das mesmas, demonstra que a utilização desse método contraceptivo se encontrava, nesse momento, dentro de uma teia de interesses diversos; ora como positiva para a sociedade, principalmente quando se pensa a partir do controle de natalidade, ora como negativa, quando entrega à mulher a possibilidade de não viver sua sexualidade refém de gestações desejadas ou não. Desta forma, como afirma Foucault, “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”⁵². Entende-se, portanto, que o sexo das mulheres recifenses é “objeto de disputa”, assim como o controle da sua reprodução, que é apresentada com discursos específicos dependendo do objetivo que os jornais desejam atingir com determinada matéria.

Não é difícil supor também, que as mulheres abriam esses jornais diários e ficavam atentas a esses tipos de matérias que trazem informações sobre a pílula, seus efeitos colaterais e as novas possibilidades que estariam cada dia mais próximas. Também deviam ficar assustadas com matérias sensacionalistas que traziam o uso da pílula associado à esterilidade, possibilidade de má formação fetal, entre outras questões. Essas associações vão além do compartilhamento de informação, deixando as mulheres recifenses confusas sobre as consequências do uso da pílula e com receio de fazer uso do contraceptivo. Por intermédio dessas matérias, percebe-se a quantidade de textos que fornecem informações divergentes, dificultando entender se o jornal, no caso o *Diário de Pernambuco*, por exemplo, pretendia assustar as mulheres, ao relatar possíveis efeitos colaterais, ou protegê-las frente às incertezas do uso da pílula. Também pode-se observar as fissuras dos discursos médicos sobre o tema que não era fruto de consenso, mas de dissonâncias sobre seu valor e uso.

As matérias e reportagens voltadas para a discussão da pílula apontam que vários grupos apareceram e se posicionaram sobre o tema ao longo da década estudada. No entanto, dois grupos se destacam quando o assunto é a contracepção: a comunidade médica e a religiosa. Não é de se surpreender que as mulheres não estejam presentes na construção desses discursos predominantes. São os homens que ocupam esse espaço e apontam os caminhos, seja para uma contracepção segura ou para assinalar os pecados atrelados ao uso de anticoncepcionais. Ao possibilitar uma presença cotidiana de médicos e religiosos tratando sobre este assunto, os jornais demonstram a importância das falas desses sujeitos para a sociedade e solidificam as opiniões e informações apresentadas por eles.

⁵² Foucault, *História da sexualidade 1*, p. 30.

A presença de religiosos nos jornais se encontra, principalmente, nas opiniões contrárias ao uso da pílula anticoncepcional, entre outros contraceptivos, seguindo diretamente a postura adotada pelo Vaticano e pela encíclica *Humanae Vitae* de 1968, que versa sobre assuntos relativos à vida sexual dos casais católicos e sobre controle de natalidade. Já a comunidade médica traz um discurso menos homogêneo ao surgir com posicionamentos divergentes sobre o assunto durante toda a década estudada. Profissionais contrários e favoráveis à pílula dividiam as páginas do *Diário da Manhã* e do *Diário de Pernambuco*, mostrando discordâncias com bases científicas e de costumes. Para os especialistas na área da saúde os temas normalmente giravam em torno dos efeitos colaterais da pílula, sua eficácia, novas pesquisas para a criação de outros métodos, entre outras questões.

Durante a segunda metade do século XX, importantes mudanças ocorreram na sociedade brasileira no que diz respeito à composição das famílias e das relações de gênero. O historiador Aujôr de Souza Júnior aponta que a Igreja acompanhou esse processo e buscou trabalhar diretamente nos assuntos relacionados ao debate da sexualidade⁵³. Dessa forma, membros da Igreja falam acerca do tema nos jornais de todo o país e, em Pernambuco, isso não foi diferente, como mostram as edições dos periódicos selecionados.

Historicamente, sabe-se que a Igreja Católica aborda as questões da sexualidade humana, especialmente a sexualidade feminina, de forma conservadora. Não surpreende, portanto, a sua participação nas discussões que permearam o uso da pílula anticoncepcional desde a década de 1960. O discurso religioso, nas fontes analisadas, é voltado para uma manutenção do que deveriam ser a mulher e o homem na sociedade ocidental: criados para o matrimônio e para a procriação, sendo essa cobrança direcionada principalmente para a mulher. Esse posicionamento se fortalece com a publicação da encíclica *Humanae Vitae*. Nesse documento fica estabelecida a postura contrária, da Igreja Católica, à contracepção realizada por meio de métodos considerados artificiais.

Dentro das edições dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco*, é possível perceber esse posicionamento oficial da Igreja Católica e afirmar que ele chegou à população pernambucana, o que possivelmente afetou a relação das mulheres com os contraceptivos hormonais. São frequentes as matérias que recebem visibilidade informando sobre a reprovação da pílula anticoncepcional e outros métodos. Em 7 de junho de 1976, o *Diário de Pernambuco* apresenta uma reportagem intitulada “Entidades contribuem para o planejamento familiar,

⁵³ Aujôr de Souza Júnior, “A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)”. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 71. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106584>.

embora a Igreja não concorde”. O texto traz informações sobre o trabalho da BEMFAM em Pernambuco, destacando a oposição da Igreja à entidade. Percebe-se ainda que a BEMFAM não recebia desaprovação apenas por divulgar métodos contraceptivos proibidos pela Igreja, mas também pela forma como isso ocorria⁵⁴. A Igreja Católica enxerga a atuação da BEMFAM como problemática principalmente pelo seu interesse no controle da reprodução das mulheres pobres que eram atendidas em suas clínicas.

O *Diário da Manhã* também traz esse debate e apresenta, logo no início da década de 1970, uma matéria intitulada “Os católicos e a pílula” em sua seção denominada “Vida Católica”. O texto apresenta a discussão direcionada para a comunidade católica, analisando a importância do amor e da procriação como algo fundamental para o casal. Recebe destaque o conceito de uma procriação “responsável” e o uso de métodos naturais. A coluna afirma que

Aos fiéis, o Papa recorda que meios naturais (o autodomínio, a criação de um clima favorável à castidade, o próprio aprimoramento de método) e sobrenaturais (a oração e vida sacramental), poderão ser de grande valia⁵⁵.

É interessante observar que nesse texto se apresenta o que um verdadeiro católico deve refletir sobre essas questões, trazendo informações sobre a postura oficial da Igreja acerca do tema e o que se encontra na encíclica *Humanae Vitae*, citada anteriormente. É reiterado ainda que

(...) para os católicos, em vigor, o que está publicado no resumo feito pelo SEDOC (Serviço de Documentação), ou seja, “a formal condenação de qualquer método ARTIFICIAL na regulação da natalidade. Explicitamente o Papa exclui: o aborto direto sob qualquer forma, por qualquer método, sob qualquer pretexto; a esterilização direta definitiva ou temporária, no homem ou na mulher; ações que impossibilitem a procriação, sejam elas realizadas antes (e em previsão) do ato conjugal, durante ele ou depois dele quando ele ainda produz seus efeitos”⁵⁶.

Além de mostrar que, para católicos, resta seguir as regras estabelecidas e enfrentar ao mesmo tempo o dilema que vem da relação sexo-procriação, o texto afirma que o Papa espera pelo avanço nos estudos do método natural

⁵⁴ “Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde”, *Diário de Pernambuco*, p. 6.

⁵⁵ “Os Católicos e a pílula”, *Diário da Manhã*, 15 abr. 1972, p. 5.

⁵⁶ “Os Católicos e a pílula”, p. 5.

permitido para que essa situação melhore, ou seja, fica exposto que a aprovação aos métodos contraceptivos artificiais não seria uma possibilidade⁵⁷. Assim, uma matéria como essa poderia ter uma boa recepção por uma parcela considerável da sociedade pernambucana, pois de acordo com os dados do IBGE de 1970, os recifenses eram em sua maioria católicos⁵⁸, por isso a importância desse discurso e de textos como esse para a comunidade local.

O discurso médico também ocupa as páginas dos jornais. Assim como os membros da Igreja Católica, os médicos são considerados autoridades, nesse caso ao comentar os aspectos científicos das pílulas, mas também com relação aos costumes. Eles não só são importantes como profissionais de sua área, mas também representam um grupo bem-conceituado pela sociedade e suas opiniões são consideradas como referência. Não há dúvidas de que esse grupo desempenha um papel importante ao informar às mulheres recifenses, e também aos homens, as vantagens e desvantagens da pílula anticoncepcional.

A importância da posição dos médicos dentro desse assunto é analisada pela historiadora Cristiane Silva que aponta, a partir das suas fontes, que esse profissional era uma figura central dentro dessa dinâmica mulher-contracepção. No entanto, sabe-se que isso depende da classe social, já que mulheres pobres não tinham fácil acesso aos tratamentos de saúde. Para as que podiam obter esse tipo de informação, o processo era diretamente associado à chegada do casamento. O noivado era um momento, segundo essa autora, em que essas mulheres recebiam informações de seus ginecologistas e uma “autorização” para iniciarem o uso da pílula, mostrando que mulheres solteiras poderiam enfrentar obstáculos na tentativa de obter uma receita para compra de um anticoncepcional⁵⁹.

Uma das principais preocupações desses profissionais era relacionada aos efeitos colaterais da pílula e, por isso, esse assunto ocupa uma forte presença dentro dos periódicos analisados. Ainda conforme Cristiane Vanessa Silva, esse era um fator importante para a não indicação do uso da pílula por alguns médicos, mas não era o único motivo. Assim, médicos católicos e conservadores também não aprovavam o contraceptivo ao pensarem na manutenção da

⁵⁷ “Os Católicos e a pílula”, p. 5.

⁵⁸ Em 1970 foram entrevistados pelo IBGE 5.160,625 pessoas no estado de Pernambuco. Entre elas 2.489,651 homens (sendo 2.339,597 deles católicos) e 2.670,974 mulheres (sendo 2.502,416 delas católicas). Em Recife o total é de entrevistados é de 1.729,126 milhão, sendo 725,306 (Homens Católicos) e 807,113 (Mulheres Católicas) (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Pernambuco. 1970 (VII Recenseamento Geral, Vol. I, p. 10).

⁵⁹ Cristiane Vanessa da Silva, “Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960”, Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017, pp. 109-110, <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25248>.

tradição, e pelo receio das consequências da liberdade sexual feminina⁶⁰.

Como foi apontado, muitas mulheres recebiam a pílula anticoncepcional com o auxílio das entidades de planejamento familiar que estavam presentes no país. Entretanto, isso não diminui a centralidade dos profissionais de medicina dentro desse processo, já que vários deles atuavam nessas entidades e defendiam o seu trabalho nos jornais locais. Mesmo com a forte atuação dessas instituições, os consultórios médicos e a confiança que a mulher depositava na figura de autoridade em questão, também marcam esse processo e se tornam fatores importantes para a discussão. Para Francine Cavalieri,

A prescrição da pílula anticoncepcional pode ser compreendida como uma forma de medicalização do corpo feminino, na medida que os discursos e repertórios construídos sobre o medicamento se configuram como forma de saber e controle sobre a reprodução e o corpo das mulheres⁶¹.

A valorização dos discursos religioso e médico pelos jornais selecionados é frequente. Membros da Igreja e profissionais de medicina são convidados com assiduidade para debater o assunto e assumir dessa forma um protagonismo nessa discussão, sendo as mulheres deixadas de lado na maior parte das edições. Esse destaque fica exposto em uma matéria que traz como título “Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade”⁶².

É relevante observar que os títulos de algumas matérias trazem os termos “especialistas”, “cientistas”, “médicos” em destaque; o que pode ser interpretado como uma forma de o jornal legitimar o discurso apresentado no texto, com um profissional considerado referência no assunto. Portanto, de acordo com Foucault,

(...) dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição

⁶⁰ Silva, “Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960”, p. 113.

⁶¹ Cavalieri, “A prescrição da pílula anticoncepcional na década de 1960”, p. 34.

⁶² “Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 set. 1979, C-1.

prévia, à disposição de cada sujeito que fala⁶³.

Percebe-se que a contracepção como tema não está à disposição, dentro do jornal, para todos os grupos da sociedade. Algumas falas são consideradas mais importantes e outras, silenciadas, chegando aos leitores o que é interessante aos grupos representados pelos jornais, que buscam atender os desejos das classes dominantes locais.

Dessa maneira, na maioria das edições analisadas as vozes masculinas recebem destaque e maior espaço para o debate. Reportagens e matérias assinadas por mulheres surgem ao longo das edições, mas normalmente desvinculadas de uma ideia de feminismo ou de libertação sexual da mulher. No *Diário de Pernambuco* destacam-se os espaços reservados para o público feminino, sobretudo o “Diário Feminino”, coluna direcionada para as recifenses mais jovens. São apresentadas diversas temáticas que perpassam as vidas das mulheres, recebendo maior atenção o mercado de trabalho, a moda, os relacionamentos e também a discussão da contracepção, com um lugar para a pílula anticoncepcional.

A jornalista e professora Tereza Halliday, foi a responsável pela sua publicação durante a década de 1960, até que em junho de 1971 ela passa essa função para a também jornalista Zenaide Barbosa. Apesar de ter ficado apenas dois anos como a representante feminina do periódico durante a década estudada, essa primeira coordenadora traz textos importantes para informar as recifenses acerca da pílula anticoncepcional e os principais debates que permeavam essa questão. Matérias como “A pílula causa danos ao Fígado”⁶⁴ e “A pílula em julgamento”⁶⁵, ambas de 1970, expõem como a temática da saúde da mulher recebia atenção. A primeira traz informações sobre os efeitos colaterais da pílula, ou seja, dando destaque ao seu lado negativo. Entretanto, assim como em outras edições, Halliday faz questão de ressaltar os benefícios desse contraceptivo, além das suas preocupações com relação ao uso da pílula.

Na segunda matéria citada, ela aponta a pluralidade de estudos sobre esse método contraceptivo, mostrando as muitas informações sobre os efeitos das pílulas que estavam circulando na época⁶⁶. Com o auxílio dos jornais, é possível compreender que a década de 1970 foi um momento de ampliação e de novas pesquisas sobre a pílula. Sobre esse cenário, Paul Preciado destaca que, após a sua criação, novos estudos mostraram a falta de segurança provocada

⁶³ Michel Foucault, *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 11.

⁶⁴ Tereza Halliday, “A pílula causa danos ao fígado”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jan. 1970, p. 3.

⁶⁵ Tereza Halliday, “A pílula em julgamento”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 fev. 1970, p. 3.

⁶⁶ Halliday, “A pílula em julgamento”, p. 3.

por essa tecnologia e que isso não interferiu na sua popularidade. Conforme o autor,

Gradualmente, será revelado que os estrogênios e progesterona administrados em altas doses durante esse período são tóxicos e cancerígenos, culpados por várias alterações cardiovasculares, embora essas descobertas nada façam para diminuir o consumo da pílula (na realidade, seu consumo aumenta exponencialmente no começo da década de 1970) ou para a alterar as recomendações da Organização Mundial da Saúde⁶⁷.

Mesmo apontando as suas preocupações, Halliday não deixou de observar a importância desses métodos para as mulheres, aspecto normalmente deixado de lado nas matérias do jornal. Em seus textos, ela apresentou pesquisas científicas da época e se posicionou a favor de uma contracepção responsável como uma forma de não se chegar ao aborto⁶⁸.

Com a chegada de Zenaide Barbosa como coordenadora da coluna, a temática da contracepção continuou recebendo atenção, a partir de matérias sobre os novos métodos, efeitos colaterais, entre outros impactos na vida das mulheres. Mesmo apresentando uma conduta mais conservadora, essa jornalista assina uma das poucas matérias com posicionamento sobre o uso de anticoncepcionais que traz questionamentos sobre o papel da mulher como a única responsável pela contracepção. Ela ressalta o sofrimento que surge em razão dessa responsabilidade e defende uma mudança de comportamento no texto “Revolução Sexual na Suécia?”⁶⁹. Os periódicos trazem com certa frequência matérias sobre vasectomia, pílulas masculinas, além de comentários sobre paternidade responsável. Contudo, são poucos os textos que buscam levantar esse assunto de forma mais séria, o que torna possível afirmar que a discussão da contracepção é direcionada para mulher e busca cobrar apenas dela os cuidados relacionados aos métodos escolhidos.

Outro exemplo que mostra a quantidade de informações que circulava no período, além do objetivo do jornal em apresentar as conexões mais sensacionalistas, é uma edição de novembro de 1977. A notícia recebe atenção primeiramente na capa do periódico, com a chamada “A pílula e as lésbicas”⁷⁰,

⁶⁷ Preciado, *Testo Junkie*, p. 232.

⁶⁸ Tereza Halliday, “Contra um anticoncepcional temerário e criminoso”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 mar. 1971, p. 3.

⁶⁹ Zenaide Barbosa, “Revolução Sexual na Suécia?”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 fev. 1973, p. 11

⁷⁰ Zenaide Barbosa, “A pílula e as lésbicas”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 nov. 1977, p. 1.

mostrando que o Diário tinha interesse em que as pessoas tivessem contato com essa matéria. O texto em questão “A pílula conduz adolescentes ao homossexualismo” traz a informação de que a pílula estaria causando uma tendência lésbica ao modificar o cérebro, segundo o renomado cientista francês Jerome Lejeune⁷¹.

Conforme a notícia, “Tal suspeita nasceu no decorrer das experiências realizadas recentemente nos Estados Unidos, quando as cobaias começaram a manifestar uma estranha aversão pelo sexo oposto”⁷². De acordo com o cientista,

Por enquanto – disse o especialista francês – ainda não estamos em condições de afirmar, com absoluta certeza, que a mesma coisa poderia ocorrer com as adolescentes. Mas também não podemos excluir, por completo, esta eventualidade...⁷³.

É importante refletir sobre o interesse da jornalista responsável pela coluna em publicar tal estudo, que não traz nenhuma comprovação e apenas especulações sobre os efeitos da pílula. Ao ser colocada uma menção na capa, nota-se que o jornal desejava chamar atenção dos leitores a partir da curiosidade sobre essa suposta conexão, mesmo sem comprovação, o que possivelmente despertava um medo entre as que utilizavam o contraceptivo ou desejavam utilizar. Diversas matérias informativas acerca da pílula não receberam tal atenção.

É possível indicar que as duas jornalistas, que coordenaram a coluna durante o período estudado, possuem características distintas e isso interfere diretamente no conteúdo dos textos publicados. Fazendo uma análise de algumas edições do jornal, observa-se que temáticas sofrem mudanças de abordagem com a troca entre as jornalistas. Com Tereza Halliday são apresentadas as pautas citadas anteriormente, contudo, o tom das suas publicações pode ser considerado distinto do de Zenaide Barbosa. Halliday busca trazer mais discussões sobre as mulheres no mundo e os seus avanços; sobre sexualidade e contraceptivos, de forma mais progressista do que Barbosa, que aborda algumas dessas questões com uma perspectiva mais conservadora e, até mesmo, antifeminista em alguns momentos. Por exemplo, ela questiona em diversas edições, algumas pautas feministas e as práticas do movimento em outros países, como nos Estados Unidos⁷⁴. Apesar disso, Barbosa também

⁷¹ Barbosa, “A pílula e as lésbicas”, p. 1.

⁷² Barbosa, “A pílula e as lésbicas”, p. 1.

⁷³ Barbosa, “A pílula e as lésbicas”, p. 1.

⁷⁴ Zenaide Barbosa, “Igualdade de Direitos”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 abr. 1972, p. 3.

apresentou a temática da contracepção em sua coluna, discutindo os novos métodos, entre outros assuntos. O período ocupado por Zenaide Barbosa nessa década abordada também é maior do que o de Halliday, o que dificulta elencar outras possíveis diferenças entre as jornalistas.

Em vista disso, por ser um espaço reservado para as mulheres, o Diário Feminino traz uma proposta mais voltada para as jovens recifenses, o que provavelmente influenciou suas opiniões de forma mais decisiva do que as matérias que ocupavam outros espaços dentro dos jornais, apesar de tratarem do mesmo tema. A abertura para o assunto era maior, independente de validar ou não o uso de contraceptivos e as vantagens da pílula anticoncepcional. É nesse espaço do jornal que o assunto surge com mais frequência e com argumentos selecionados para informar e moldar a opinião das mulheres. Por isso, a importância de se analisar de forma específica essa coluna do *Diário de Pernambuco*.

Considerações Finais

O artigo apresentou como o tema da contracepção foi se tornando parte do cotidiano das recifenses, atraindo o interesse de grupos diferentes, que se posicionavam contra e a favor do controle feminino da reprodução. Esse embate ainda se faz presente na contemporaneidade e, por isso, o trabalho não só apresenta como se deu a disseminação e a discussão da pílula anticoncepcional no Recife, mas também nos ajuda a pensar na construção histórica desse debate e nos obstáculos que permanecem dificultando a autonomia feminina desde a chegada do contraceptivo ao país. É importante salientar, que apesar de o Brasil ter passado por um processo de rápida comercialização e de fácil acesso aos contraceptivos modernos, isso não quer dizer que eles foram destinados para melhorar a vida sexual das mulheres e o seu bem-estar, como fica evidente por meio das fontes selecionadas.

Desse modo, foram investigados ao longo do texto, os interesses que permearam a distribuição da pílula e o acesso a ela no Brasil. Em Pernambuco, o conservadorismo da imprensa tradicional promoveu discursos que silenciavam a liberdade sexual feminina, incentivando a associação do uso da pílula a um controle de natalidade e a um planejamento familiar autorizados por figuras masculinas, principalmente religiosos e profissionais da medicina. Sendo esses médicos, em alguns casos, representantes de entidades como a BEMFAM, que tinham pautas voltadas para o controle populacional. Em razão disso, podemos afirmar, que os jornais são responsáveis pela construção do imaginário da população acerca da pílula e dos efeitos do seu uso. Nos jornais

Diário da Manhã e *Diário de Pernambuco*, apesar do espaço reservado para vozes femininas, o debate ficou pautado na maior parte das edições por questões de saúde, controle de natalidade e de costumes. A discussão era, na maioria das vezes, direcionada para as mulheres casadas, pois outras situações eram apontadas a partir das ideias de libertinagem e de imoralidade. Portanto, a pílula como algo relacionado à liberdade feminina não é uma questão frequente.

A temática da contracepção é diretamente influenciada pelas questões raciais, de classe social e de geração. Não é possível construir um estudo sobre a pílula no Recife, sem ressaltar que as recifenses mais pobres eram em sua maioria mulheres negras e que tinham acesso à pílula por meio de entidades de planejamento familiar, colocando muitas vezes sua saúde em risco, pois não tinham o acompanhamento médico necessário. Situação diferente da vivenciada por mulheres de classe social mais elevada, que tinham como visitar consultórios médicos regularmente. Essas informações ficam expostas na imprensa recifense, por meio de matérias que investigavam a atuação e a expansão da BEMFAM no estado, e a sua falta de estrutura médica. Desse modo, a partir da análise de Paul B. Preciado, e também dos trabalhos de Michel Foucault sobre biopolítica, é possível compreender como os corpos femininos são afetados de formas distintas durante a sua vida. Pode-se afirmar, portanto, que em Recife os corpos das mulheres pobres foram submetidos autoritariamente à contracepção, sem que elas pudessem saber exatamente as implicações e os efeitos nefastos da pílula em sua saúde. A elas não foi sancionado o direito de escolha e nem a pretensa liberdade sexual.

Referências bibliográficas

Aujôr de Souza Júnior, "A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contraceção (1960-1980)". Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106584>.

Bianca Nogueira da Silva, "O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4706>.

Cristiane Vanessa da Silva, "Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960", Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25248>.

Debora Diniz, "Aborto e contraceção: três gerações de mulheres". in Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 313-332.

Délcio Fonseca Sobrinho, *Estado e População: uma história do planejamento familiar no Brasil*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos FNUAP, 1993.

Fátima Quintas, *Sexo e Marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*, Petrópolis: Vozes, 1986.

Francine Even de Sousa Cavalieri, "A prescrição da pílula anticoncepcional na década de 1960: a perspectiva de médicos ginecologistas". Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17042017-093731/pt-br.php>

Gisele Bischoff Gellacic, *Despindo corpos: uma história da liberação sexual feminina no Brasil (1961-1985)*. São Paulo: Alameda, 2018.

Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa", *Projeto História*, n. 35 (2007), pp. 253-270.

Joana Maria Pedro, "Entre a ameaça da "bomba populacional" e a emancipação das mulheres: o debate sobre a contraceção no Brasil e na França (1960-1970)", *Projeto História*, v. 25 (2002), pp. 243-256.

Joana Maria Pedro, "A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de

geração”, *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45 (2003), pp. 239-260. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>.

Josilene da Silva, “Contraceção e Masculinidade”, *Revista Esboços*, Florianópolis, n. 11 (2004), pp. 157-166.

Lélia Gonzales, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Letícia Gonçalves, “Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica”, *Indisciplinar*, v. 4, n. 2 (2018), pp. 184-199.

Marina Nucci, “Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade”, *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 10 (2012), pp. 124-139.

Michel Foucault, *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Michel Foucault, *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, *Interseccionalidade*, São Paulo: Boitempo, 2020.

Paul B. Preciado, *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, São Paulo: n-1 edições, 2018.

Soraia Carolina de Mello, “Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989)”. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167643>.

Tânia Regina de Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, Vol. 1, pp. 111-153.

Artigo recebido em 19-12-2023. Aceito para publicação em 25-03-2024.

Citação: Aílla Kássia de Lemos Santos e Alcileide Cabral do Nascimento, ““A pílula em julgamento”: o debate sobre o contraceptivo oral na imprensa recifense”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 42, (2024), pp. 1-29.

Contato das autoras: Aílla Kássia de Lemos Santos: aillalemos@live.com; Alcileide Cabral do Nascimento: alcileide.cabral@gmail.com